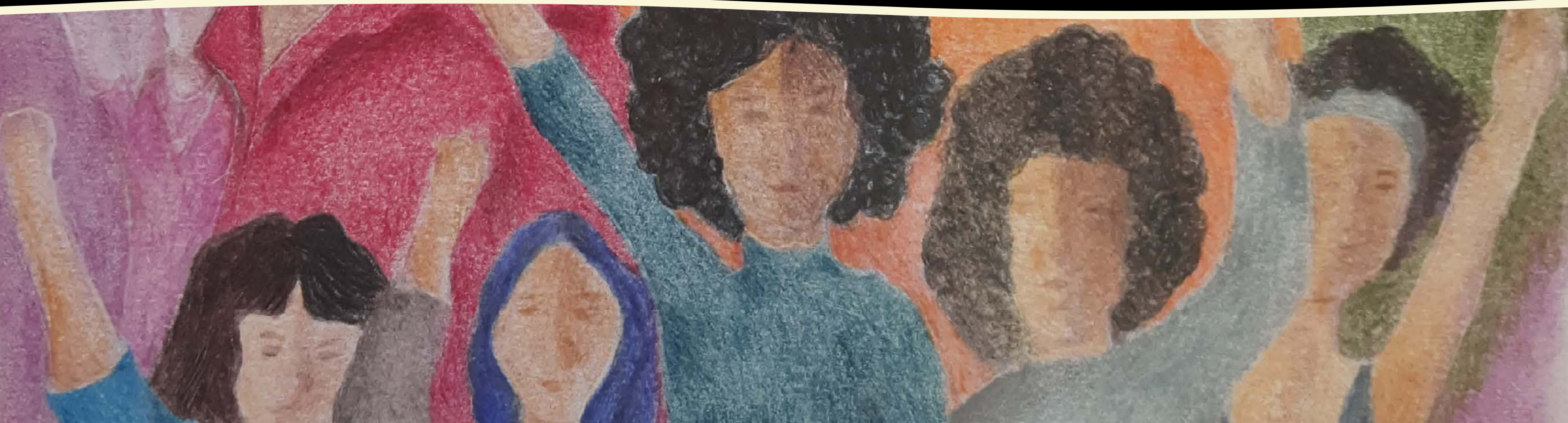


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

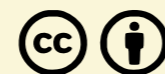
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5	
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24	
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42	
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48	
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74	
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98	 Você está aqui.
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124	
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148	
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173	
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199	
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226	
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245	
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263	
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279	

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados

Revolução Soviética
Aleksandra Kollontai
Burocracia
Feminismo

Este artigo é parte de um estudo sobre a burocratização do Estado operário criado pela Revolução Soviética de 1917 que demonstrou a imprescindibilidade da práxis política de Aleksandra Kollontai para a crítica desse processo. Revolucionária que pensou Estado, economia, direito, organização, feminismo, ela influenciou internacionalmente o movimento de mulheres, a construção de políticas sociais. Sua elaboração foi fragmentada e subsumida no relato androcêntrico, mas é central para repensar os caminhos rumo a uma sociedade além do patriarcado e das classes sociais.

Natalia Perdomo dos Santos

Assistente social, mestre em serviço social (UFRJ).
tali.perdomo@gmail.com

Aleksandra Kollontai:
A Story of the Occupation
of Non-Authorized Places

This article is part of a study on the bureaucratization of the workers' state created by the Soviet Revolution of 1917, which demonstrated the indispensability of Aleksandra Kollontai's praxis for criticizing this process.

Russian Revolution
Aleksandra Kollontai
Bureaucracy
Feminism





Introdução

Aleksandra Mikhailovna Domontóvitch nasceu em São Petersburgo, em 1872. Ficou conhecida nos círculos políticos da cidade como Kollontai – sobrenome herdado de seu marido e peça então fundamental à sociabilidade de qualquer mulher russa. Provinha de uma família aristocrática, mas ao contrário da *intelligentsia* semiposicionada e diletante que ocupava os cafés da capital Tzarista (FITZPATRICK, 2017), Kollontai não se limitou à crítica da autocracia. Alinhada à filosofia marxiana da práxis, localizou-se junto àqueles que podiam derrubá-la.

Uma mulher que figura entre as que escreveram as mais significativas linhas da história revolucionária do século XX. Suas contribuições foram fundamentais para a elaboração e materialização do direito soviético, um marco que gerou vitórias inéditas na história da classe trabalhadora, especialmente para sua maioria feminina. Conquistou vitórias que rebateram além das fronteiras da Rússia; respaldou o avanço de políticas sociais e do projeto feminista e inspirou levantes e revoluções nos países em que a luta foi capaz de construí-la.

Kollontai entendia que, na vigência do capitalismo, conquistar a igualdade entre mulheres e homens não poderia dar às trabalhadoras senão a “igualdade com seus camaradas proletários também desprovidos de direito” (KOLLONTAI, 2017a, p. 156). Construiu, assim, uma concepção classista no movimento de mulheres, na qual derrubar a ordem burguesa era tarefa intrínseca à busca pela emancipação feminina. Este é o aspecto medular da obra de Kollontai: o gênero não viria antes nem depois da classe, por serem ambos reciprocamente atravessados num projeto de sociedade que vislumbra um horizonte para além do capital.

Contudo, apesar de formar-se como uma dirigente que pensava os caminhos para uma sociedade comunista, a apropriação corrente de Kollontai é, muitas vezes, circunscrita a uma das dimensões que se articulam na totalidade de seu pensamento: o debate da questão sexual. É, no entanto, seguro que, tal qual Marx negava-se como marxista diante da leitura que dele faziam os social-democratas, Kollontai não afiançaria tal dissociação disruptiva de seu pensamento. Sua trajetória foi marcada justamente pelo enfrentamento às palavras de ordem das feministas liberais sobre “o amor livre, a liberdade de amar e o direito à maternidade”





(KOLLONTAI, 2017a, p. 157), que já eram para a mulher trabalhadora fonte inesgotável de dor e sofrimento (KOLLONTAI, 2017a).

Kollontai compreendia que a formação da consciência sobre a condição da mulher advinha não dos anseios espirituais da mulher burguesa – que encontrava no trabalho intelectual o suporte libertador para alçar postos de prestígio, disputados com os homens de sua classe –, mas da inserção forçosa da maioria das mulheres nas fábricas, sem que isso as libertasse do trabalho do lar. A “questão feminina”, dizia a Bolchevique, trata-se ainda, para a trabalhadora, na tripla jornada de assalariada, mães e trabalhadoras domésticas não pagas, de alimentar os seus filhos (KOLLONTAI, 2017a). A concreta libertação sexual da maioria das mulheres seria, então, condicionada ao processo de libertação das amarras da exploração.

As feministas liberais afirmavam que todas as mulheres poderiam dar as mãos, mas Kollontai considerava que essa proposição participava de uma utopia conciliadora, que buscava a conservação da sociedade de classes. Distanciava-se da defesa de uma identidade essencialista de gênero e demonstrava a existência de caminhos distintos a serem traçados por trabalhadoras e feministas burguesas, pois

Os objetivos que a vida propõe são muito diferentes para umas e para outras; os interesses das trabalhadoras e os das patroas, o das empregadas e os das “senhoras” são muito contraditórios. Não há e nem pode haver ponto de contato, conciliação, união (KOLLONTAI, 2017b, p. 163).

Kollontai foi uma teórica, organizadora, propagandista, agitadora que objetivou apreender a sociedade que produz a exploração e as distintas opressões que nela se reproduzem incessantemente, na sua forma mais universal. Avançou, assim, além das questões que a ideologia hegemônica convencionou como particularmente femininas. Pensou economia, política, direito, sexualidade, literatura, no processo de formação de uma nova consciência. Foi ainda capaz de antever os riscos que a degeneração burocrática significava para o projeto comunista de sociedade. Seu pensamento, indissociado da dimensão prático-política, localizou-a na vanguarda do enfrentamento às decisões tomadas pelos chefes que, a despeito de suas intenções, fertilizavam o solo no qual o stalinismo cravaría suas raízes.



Seu legado, todavia, foi fragmentado no relato androcêntrico que, na vigência da contrarrevolução burocrática da década de 1930, assegurou o seu “lugar de fala” e decisão e apagou parte significativa da história das mulheres que construíram a Revolução de 1917. Recuperamos aqui substratos precípuos da análise deste quadro do feminismo classista. Nossas palavras estão voltadas à defesa da práxis pela qual lutou Kollontai no desbordar da sociedade burguesa e nos anos subsequentes em que enfrentou a burocracia e os líderes, cujos olhares obnubilados já não enxergavam os perigos que rondavam o Estado soviético.

Nosso objetivo não é, contudo, meramente intelectualivo. Consideramos que é preciso criar, no século XXI, *novos* modos de enfrentar os *velhos* problemas que herdamos do passado. O esforço coletivo de pensar os rumos do movimento das mulheres como elemento fundamental da luta de classes *impõe* que recuperemos a história e a influência dessas lutas até os dias de hoje. E, especialmente, recuperar a memória de grandes mulheres que, como Kollontai, dedicaram a vida para sua realização.

A Revolução das mulheres

Na Rússia, as mulheres trabalhadoras carregavam parte substancial das vigas de sustentação do Império. Além de gratuitamente responsabilizadas pela reprodução da vida dos trabalhadores, que punham o país, apesar do atraso, entre as grandes potências no mundo, a venda de seu próprio trabalho se dava abaixo dos níveis já muito precários de seus companheiros: “Não há tarefa repugnante, nem sessão de trabalho nociva, em que não encontremos uma abundância de trabalhadoras. Quanto piores as condições, quanto mais baixos os salários, quanto mais longa a jornada, mais se empregam mulheres” (KOLLONTAI, 2017a, p. 152).

Quando para elas havia emprego, se suficiente não fosse a condenação de ocupar os postos de mais baixas remuneração e salubridade, as mulheres operárias e camponesas viviam sob condições de degradação social ainda mais profundas que os homens de sua classe. A imposição da maternidade desprotegida pela completa ausência de direitos; a destinação à obediência incontestante ao pátrio poder, posteriormente cedido aos maridos; a ameaça do tráfico de escravas sexuais; as portas de acesso à educação e à saúde que lhes eram cerradas; o impedimento



mesmo de deter a posse de documentos de identificação individual: essas eram algumas feições que a exploração feminina admitia sob a regência da autocracia.

Esta não era uma realidade distinta na maior parte do mundo, no qual especialmente as mulheres negras conheciam as formas mais graves da generificação e racialização da violência e da exploração. No ano de 1917, no entanto, as operárias russas romperam o silenciamento e foram responsáveis pelo estopim de um processo que derrubaria um império secular e, em poucos meses, levaria à criação de um novo poder.

O 8 de março do calendário ocidental chegou para as trabalhadoras russas no dia 23 de fevereiro¹. Emergiu nesse dia, em meio a um cenário de fome resultante da Primeira Guerra Imperialista, o grito das mulheres que exigiam o pão para seus filhos e o retorno de seus maridos e irmãos das trincheiras. Mulheres que ocupavam, especialmente na indústria bélica, os cargos que eram dos homens; mutiladas pela falta de experiência nas máquinas; sozinhas, famélicas, extenuadas pelo trabalho e as horas de espera nas filas de distribuição de grãos. Eram operárias do bairro Vyborg que, a despeito das direções social-democratas e mesmo do comitê de sua cercania – que Trotski (1977) chamava de a mais combativa organização Bolchevique de São Petersburgo – caminharam pelas ruas convocando os trabalhadores à greve.

O enfrentamento das operárias contra as direções resultou no envio de delegadas ao comitê Bolchevique para reivindicar o apoio ao movimento que nascia espontaneamente. O comitê não teve alternativa senão respaldá-las e foi seguido por Mencheviques e Socialistas Revolucionários – todos conduzidos pela marcha das mulheres socialistas, que rapidamente triplicou de tamanho e reuniu cerca de 90.000 ativistas (TROTSKI, 1977) na cidade que, em breve, receberia o nome de Petrogrado.

As trabalhadoras transformaram um dia de manifestações toleráveis no marco inicial da Revolução Socialista. Nesse dia, que, futuramente, marcaria as comemorações do Dia Internacional da Mulher (GONZÁLEZ, 2010), o impacto da luta feminina foi tal, que mesmo os Cossacos – etnia que detinha autonomia política na Rússia e cumpria a função de guarda real do Tzar – recolheram as armas: “as mulheres russas ergueram a tocha da Revolução Proletária e incendiaram todo o mundo” (KOLLONTAI, 1920, s. p.).





Kollontai regozijava com o salto que pôde ser dado por mulheres que abandonavam o atraso semifeudal em que passavam seus dias para ocupar espaços políticos de decisão: “há mulheres nos comícios, reuniões, manifestações” (KOLLONTAI, 2017d, p. 218). Começava em fevereiro a expropriação da vida que lhes fora usurpada e era, até então, fadada à subserviência.

De fato, foi operada, no curso da Revolução, uma inflexão imediata e objetiva no campo do direito da mulher. Começava pela garantia à participação política, na ocupação dos Sovietes – os conselhos de deputados operários e soldados. Nesse período, Kollontai foi a primeira mulher eleita para o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado, tamanha era a autoridade que conquistou, especialmente na organização das operárias grevistas. Apesar do machismo que impregnava a sociedade russa e, evidentemente, as organizações de esquerda, o trabalho político de Kollontai içou-a ao Comitê Central (CC) do Partido Bolchevique; tarefa para qual foi eleita quando estava em cárcere por sua ação política.

O programa de mulheres avançaria de forma explosiva com a mudança da lei que entraria em vigor junto do nascimento da República Socialista Soviética. Expressava uma concepção de mundo original, instituída pelos decretos de Lenin, antes mesmo da publicação da Constituição de 1918, em dezembro de 1917:

Um decreto era intitulado: “Da dissolução do matrimônio”; [...] O segundo decreto chamava-se: “Do casamento civil, dos filhos e do registro do estado civil”. Ambas as leis privavam o marido do direito de chefia na família, davam à mulher autodeterminação integral material e também sexual, declaravam natural que uma mulher pudesse determinar livremente nome, domicílio e cidadania. [...] a lei revolucionária exprimia inequivocamente a revogação do poder patriarcal (REICH, 1981, p. 111).

O Comitê Executivo Central do Soviete, então órgão precípua de legislação, sancionou o Código completo do Casamento, da Família e da Tutela (GOLDMAN, 2014), que apontava diretrizes jurídicas e as expectativas para o definhamento da família tradicional e das algemas do casamento legal. As prospecções do desenvolvimento concreto de uma nova cultura social eram tema de estudos, jornais, panfletos e das vívidas discussões sobre assuntos como a organização do trabalho do lar, que “esmaga e degrada a mulher, a amarra à cozinha e ao berçário, [...] desperdiça



seu trabalho em uma azáfama barbaramente improdutiva, banal, torturante e atrofiante” (LENIN, 1934 *apud* GOLDMAN, 2014, p. 10).

Essas transformações faziam avançar a vida da trabalhadora soviética acima dos ganhos permitidos às mulheres de qualquer democracia burguesa, mas

impactou também no modo como elas são tratadas muito além dos limites do país. Hoje encontramos a nova mulher em todos os cantos do globo terrestre. A nova mulher é um fenômeno de massas. Talvez apenas os países semicoloniais e coloniais, onde o desenvolvimento das forças produtivas está atrasado em razão do domínio predatório imperialista, [essas mulheres] ainda sejam uma exceção (KOLLONTAI, 2017d, p. 214-215).

As vitórias eram arrancadas apesar das dolorosas contradições advindas de um período de transição revolucionária. Os trabalhadores tinham a estupenda tarefa de arraigar no cotidiano aqueles avanços legislativos, num contexto em que a intervenção orquestrada pelas grandes potências acirrava as já fatigantes condições de vida na Rússia. A ação do imperialismo começava com a negociação de paz assinada em Brest-Litovisk, que retirava a Rússia da guerra do capital, mas perdas impostas pelo Império Prussiano foram tão severas, que mais soavam como uma nova declaração de confronto.

Kollontai defendeu que fosse travado um enfrentamento de cariz revolucionário contra o imperialismo, mas a Rússia não tinha condições de suportar mais uma guerra. A paz degradante foi imposta até a revolução que, em 1918, derrubou o Kaiser e unificou a Alemanha e Kollontai foi retirada do CC. Essa dupla derrota foi combinada aos horrores da Guerra Civil, que ganhou corpo em 1918. A Revolução antecipava o fim da guerra, mas unificava contra os socialistas os países beligerantes, que juntos conduziram um dos mais vergonhosos massacres da história.

Apesar dos freios que esses processos necessariamente significavam ao avanço da transição, o programa de mulheres lutava para seguir adiante. Na arena da organização da resistência contra o imperialismo, as ativistas construíram na capital um congresso destinado às trabalhadoras, o qual reuniu mais de mil delegadas do campo e das fábricas, incluindo os distritos mais distantes de Petrogrado. Sob condições extremamente adversas



de viagem, muitas mulheres aproximaram-se do socialismo e passaram às fileiras Bolcheviques (SGUAZZABIA, 2017), fortalecendo o exército feminino em defesa dos Sovietes. Eram soldadas convertidas pela política, que lutavam ombro a ombro com os homens pelas conquistas da Revolução.

No ano de 1919, Kollontai foi responsável por fundar, junto com sua camarada Inessa Armand², um espaço que se tornou central para a elaboração do programa de mulheres no Partido Bolchevique: o *JênskiOtdiêl* ou *Jenotdel* – departamento de mulheres do secretariado do CC (SCHNEIDER, 2017). O Jenotdel representou um avanço profundo no campo do feminismo socialista, que garantia um livre espaço de concepção da pauta de mulheres, sob controle exclusivo das mulheres. Era ainda um instrumento fecundo de formação de ativistas feministas como quadros dirigentes do Partido.

Essa seção para o trabalho entre mulheres produzia uma publicação mensal, o *Kommunistka*³, do qual Kollontai e Armand eram as principais dirigentes. Como no Jenotdel, somente mulheres compunham o conselho editorial do jornal, que elaborava orientações para o trabalho nos Sovietes, no partido e nos sindicatos. A publicação unificava as tarefas da formação política, agitação e propaganda. Debatia questões diversas, como a dissolução da estrutura familiar, a coletivização da criação das crianças⁴, os direitos individuais das mulheres, além do combate à prostituição, para desatar os nós da mercantilização da sexualidade, que precisava ser exercida pela vontade, não como meio de vida.

O organismo assegurou inúmeros direitos às mulheres, como a pioneira legalização do aborto, em 1920, a criação de creches e lavanderias públicas e a democratização do direito ao divórcio. O Jenotdel era ainda um instrumento de pressão que atuava sobre o Partido Bolchevique, majoritariamente masculino, para garantir e ampliar permanentemente o espaço de realização das demandas femininas, como condição indispensável à realização da transição socialista.

Contudo, a guerra se estendia e transformou a Rússia num cenário dantesco. Suas forças produtivas, já muito insuficientes, sofreram estragos estruturais de todas as ordens: estradas de ferro danificadas, pontes derrubadas, indústrias destruídas,





meios de comunicação cortados. Os centros industriais foram privados de matéria-prima e combustível. Os trabalhadores fabris desmaiavam de fome e, nesse estado, por óbvio, pouco produziam. O mais impactante, porém, foram as avassaladoras perdas humanas. Além das baixas provocadas por batalhas, epidemias como o tifo, que atingiu 3,5 milhões de pessoas, e a própria fome ceifaram 13 milhões de vidas e reduziram o proletariado a um terço de seu contingente. “Considerando as baixas desde 1914, temos mais de 20 milhões de mortos e cerca de 4,4 milhões de inválidos entre os 16 e 49 anos” (IASI, 2017, s. p.).

Quando em 1922 o esgotamento do conflito dava sinais, um giro no campo organizativo do Estado para o enfrentamento de outra batalha foi operado, dessa vez no campo econômico. A Rússia socialista tinha o desafio de fazer crescer a produtividade do trabalho para enfrentar a gigantesca carestia e, assim, permitir a existência de uma riqueza a ser socializada. Nesse momento é aquecido um debate que despontava já em 1918: quais seriam os caminhos admitidos para a gestão da produção na urgente reconstrução do país?

É necessário considerar que falar das revoluções é muito mais fácil do que viver as imposições materiais que nelas desconsideram os desejos de seus agentes. E as condições postas na primeira fase da transição impuseram, na dialética do centralismo democrático, a prevalência da força sobre a democracia. Todavia, o movimento de hipertrofia de um Estado que tinha de operar para seu autodefinhamento era candente. O aparato do Estado operário não apenas tinha sido inflado sobremaneira, mas era amalgamado ao partido, que *controlava* cada vez mais o seu percurso.

Kollontai compreendeu que crescia no Estado soviético um inimigo interno ainda mais potente que as tropas estrangeiras. O inimigo era a burocracia e, contra ele, Kollontai rapidamente se levantava, constituindo os princípios de uma teoria da transição que caminhava na contramão da direção do Partido. Sua crítica fizera com que fosse uma das principais vozes da *Oposição Operária*, tendência que tomava forças no interior da organização Bolchevique e cujos membros eram vexatoriamente alcunhados de Comunistas de Esquerda.





A Polêmica da Gestão e a Posição de Kollontai sobre a Economia-Política da Transição

A polêmica sobre a participação operária no Estado socialista ganhou concretude no curso do arrefecimento da Guerra Civil, quando o Exército Vermelho impôs, junto à ação autônoma da classe, a vitória da Revolução, apesar do isolamento internacional que derivou do refluxo que se espalhava nos países de capitalismo desenvolvido com a derrota da revolução alemã em 1919.

Seguramente, os dirigentes que buscavam erguer o socialismo num país arruinado, com poucos níveis de trabalho acumulado, estavam de acordo com a assertiva marxiana expressa em 1864 no preâmbulo dos *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*, que dizia:

a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer, para todos, direitos e deveres iguais e a aniquilar a dominação de toda classe (MARX, 2010, p.62-63).

Se era consensual que a libertação da classe operária seria obra construída por suas próprias mãos, as formas da participação dos trabalhadores nessa empreitada seriam permeadas por dissensos profundos. As distintas experiências e percepções políticas entrariam em choque sobre a questão da organização do trabalho e seriam, em parte, transversalizadas por uma questão central: a heterogeneidade da classe e os distintos níveis de consciência que distanciavam aqueles segmentos mais atrasados – ou a chamada “massa” – da parcela que foi considerada capaz de dar um salto na compreensão acerca dos fundamentos de sua missão histórica. Para os chefes, essa parcela era justamente o Partido, ou a vanguarda da classe. A compreensão dessa categoria acabaria por determinar, na concepção hegemônica dos Bolcheviques, a demarcação de papéis distintos na transição, para cada um desses segmentos.

Esse problema teórico trazia consequências prático-políticas manifestas nesse turbulento período, que atingiria níveis especiais de tensionamento entre o IX Congresso do Partido, de 1920, e o X Congresso, de 1921. Foi debatido sobre o papel dos sindicatos e das organizações da base operária no processo produtivo. Nesse





período, foram constituídas três posições que refletiam a práxis de seus formuladores na consciência que manifestavam. As decisões daqueles dias mudariam definitivamente o curso da história e gestariam criaturas que em breve se arremeteriam contra seus criadores. Resumiremos em grossas linhas as duas perspectivas que disputavam os rumos da transição e que seriam criticadas por Kollontai. A começar pela proposta do vitorioso comandante do Exército Vermelho, Leon Trotski.

O quadro desesperador que ilustrava a existência na Rússia foi a base real sobre a qual Trotski ergueu sua proposta de reorganização do trabalho. Após combater sem sucesso o comunismo de guerra junto a Lenin – política que incluía o arresto forçoso da produção do campo e um conjunto de outras medidas impopulares –, Trotski mergulhou fundo naquela que entendia ser a única maneira de garantir a viabilidade da manutenção do programa Leninista que, por questão de coesão política, seguia sem fazer oposição.

Trotski realizou, então, uma reorientação de seu pensamento nos marcos da manutenção da política do comunismo de guerra, que, inevitavelmente, pressuporia um aumento da violência estatal e do centralismo a fim de enfrentar a resistência dos trabalhadores. Yoffe, um dos amigos mais próximos de Trotski, afirmou que seu verdadeiro erro teria começado nesse recuo, quando não persistiu na defesa de sua posição, admitiu “as políticas tolas e nelas persistiu com um ardor que até mesmo os tolos julgaram tolice” (DEUTSCHER, 2005, p. 594). A proposta do comandante militar foi, justamente, a militarização do trabalho. Reconheceu que, para colocar em curso todas as medidas possíveis de execução do comunismo de guerra, “não via lugar para um papel independente dos sindicatos” (TROSTKI, 2017, p. 525).

Na concepção que construía contra seus próprios pensamentos, a lógica militar era exportada para a população civil. O trabalho obrigatório era convertido em trabalho forçado e, assim, era permitido girar qualquer operário para qualquer campo de trabalho, no intuito de atender às necessidades do Estado soviético. Esse processo se daria sem consulta, sem debate nem convencimento. Os desertores seriam submetidos à corte marcial e colocados em campos de concentração.





A política de militarização do trabalho de Trotski foi testada na reconstrução das estradas de ferro, concluída em prazo recorde. Todavia, para isso, foi necessário afastar os líderes que fizeram oposição e nomear aqueles que se dispunham a cumprir ordens. Esse triunfo fizera-o propor a extensão da medida para o conjunto dos sindicatos com a mesma proposta: fim da autonomia sindical e substituição dos líderes eleitos por dirigentes do Partido. Nesse momento, Lenin abriu guerra àquele que, em seu nome, tinha carta branca para agir e convocou o CC a mover o Partido para resistir ao que chamou de “centralismo degenerado” de Trotski (DEUTSCHER, 2005).

Lenin, por sua vez, absorvido nas tarefas administrativas da superestrutura, vivia um dilema que se mostrou insolúvel durante os poucos anos de vida que lhe restavam. Apesar de ver com olhos críticos a burocratização que avançava, propunha medidas de combate que somente inflavam ainda mais a máquina soviética. Sem identificar sua própria falha, o revolucionário constituiu, então, uma posição acerca do problema da gestão da produção que era, minimamente, conflitiva com a teoria da transição que esboçava às vésperas da tomada do poder.

Na obra *O Estado e a Revolução*, Lenin afirmava que, na vigência do Estado operário, todo trabalhador participaria de sua gestão e que, ademais, o quadro técnico do funcionalismo seria baseado estritamente nos conhecimentos específicos necessários à construção da república socialista. Inspirado na Comuna de Paris, Lenin propunha a criação de mecanismos que garantiriam um combate à ossificação burocrática e à hierarquia baseada em privilégios. “A elegibilidade absoluta, a amovibilidade em qualquer tempo, de todos os empregados sem exceção, a redução dos seus vencimentos ao nível do salário do operário habitual” (LENIN, 2005, p. 58) eram parte desses critérios, que não existiram senão nas letras de um de seus mais belos livros.

Suas elaborações no curso da transição acabavam por convergir na direção do cerceamento da democracia operária e punham em xeque a construção da práxis que era a base do conjunto da teoria da Revolução, por ele defendido outrora. É certo que o revolucionário salvaguardava a existência de uma autonomia sindical que, em Trotski, era totalmente castrada. No entanto, a gestão de um homem só em detrimento da gestão coletiva era o ponto-chave de sua proposta e a autonomia sob controle do





Estado adquiria caráter relativo. Lenin considerava que o diálogo e o convencimento deveriam anteceder a repressão, mas não punha as elaborações do Partido à mercê da derrota.

A polêmica sobre a questão do trabalho já era assinalada pelo dirigente em abril de 1918, quando publicava no *Pravda* o escrito *As tarefas imediatas do poder soviético*. Dizia Lenin:

o controle operário foi introduzido entre nós como lei, mas na prática e mesmo na consciência das amplas massas do proletariado apenas começa a penetrar. [...] enquanto o controle operário não for um fato, enquanto os operários avançados não tiverem organizado e levado a cabo a sua campanha vitoriosa e implacável contra os infratores deste controle ou os que mostrarem despreocupação a respeito do controle, até então não poderemos, depois de ter dado o primeiro passo (o do controle operário), dar o segundo passo no caminho do socialismo, isto é, passar à regulação operária da produção (LENIN, 1980, p. 571).

Nessa passagem, Lenin coloca a perspectiva de que a organização administrativa do Estado passaria por duas etapas não apenas distintas, mas condicionantes. Essa construção seria marcada por uma oposição entre *controle operário*, como primeiro momento, necessário para criar as condições de se instaurar, num segundo momento, a *regulação operária* da produção. Essa diferenciação de termos, por mais sutil que pudesse parecer, trazia em si uma distinção essencial de concepção, que suscitaria um questionamento: na etapa que estava em curso, seria a anuência a única forma de participação da classe operária na gestão de seu Estado?

A reflexão de Kollontai era originada justamente da inserção que ela, para além do Partido, mantinha na base operária. Os espaços de organização sindical e as comissões formadas por local de trabalho permitiam a imersão da revolucionária na realidade do proletariado. Era lá que ela absorvia a experiência e a importância do papel que era cumprido por esses organismos de base para a constituição da democracia operária.

Essa inserção não implicava a despolitização no discurso de Kollontai, que se apropriava da teoria marxiana, apesar das barreiras que precisavam ser rompidas para que o acesso à ciência e à política fosse possível na vida das mulheres. Foi Kollontai quem esteve ao lado de Lenin quando o dirigente



enfrentou o marxismo vulgar, o qual impregnava o conjunto das correntes que atuavam no processo revolucionário, inclusive as fileiras Bolcheviques. Quando Lenin, no seu retorno do exílio, apresenta as diretrizes do programa revolucionário que preparava a tomada do poder, os velhos Bolcheviques, como Zinoviev, Kamenev e Stalin⁵, consideravam que Lenin havia ensandecido. O mesmo processo se deu às vésperas de outubro, quando aqueles que ascenderam no curso da transição objetivamente conspiravam contra a tomada do poder que Kollontai apoiava junto ao dirigente.

Kollontai considerava a contingencialidade daquela fase histórica que a categoria da transição expressava. Por isso, sua posição sobre a questão da gestão da produção trazia um importante substrato para o desenvolvimento do socialismo, rumo à fase que seria a ele superior. Ela pensava a economia-política que se *desconstruía* na transição de maneira muito distante de uma concepção imediatista. Seu pensamento estava adiante e lhe inquietava a necessidade de demonstrar que era preciso considerar o momento presente, mas com olhos no devir. Essa seria a base do significado político da transição, momento responsável pela constituição de relações novas em sua totalidade.

A revolucionária entendia que, objetivamente, havia uma preocupação da direção do CC com os problemas urgentes que estavam colocados na ordem do dia. Entretanto, no exercício desse enfrentamento, estes assumiam, segundo as palavras de Kollontai, tarefas que não eram suas, subtraindo dos operários a dimensão criativa do trabalho. Para ela, o papel do Partido seria

criar condições – isto é, dar liberdade às massas unidas por objetivos econômicos industriais comuns – para que os operários possam tornar-se operários-criadores, encontrar novos incentivos para o trabalho, elaborar um novo sistema de utilização da força de trabalho e descobrir como distribuir a mão de obra para reconstrução da sociedade (KOLLONTAI, 1980, p. 38).

Kollontai considerava que a caracterização do desenvolvimento das forças produtivas típicas do socialismo era necessariamente diferenciada daquela constituída na sociedade do capital. A criação de novas relações de trabalho participava do processo de crescimento produtivo, justamente, mas não apenas,



porque os elementos de motivação da produção deveriam ser extraídos da classe responsável por dar respostas às suas *próprias* necessidades. Considerava ser preciso promover uma transformação qualitativa no campo da produção e que,

mesmo que a Rússia [conseguisse] levar a cabo seu projeto de eletrificação geral, sem introduzir nenhuma mudança essencial no sistema de controle e organização da economia e da produção, ela não fará mais do que aliar-se aos países capitalistas mais avançados em matéria de desenvolvimento (KOLLONTAI, 1980, p. 39).

Lenin, na citada publicação do *Pravda*, trazia uma caracterização da situação da Rússia e suas prospecções para uma virada que seria operada na condução do Estado soviético, que, em breve, não seria mais submetida à apreciação dos Sovietes. Esta caracterização baseava a defesa que realizou nos conturbados e decisivos congressos:

Aprender a trabalhar – essa é tarefa que o poder Soviético deve colocar em toda a sua envergadura perante o povo. A última palavra do capitalismo nesse aspecto, o sistema de Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo –, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, elaboração dos métodos de trabalho na correta introdução dos melhores sistemas de registro e controle (LENIN, 1980, p. 574).

Ao dirigente se contrapunha Kollontai:

[A] organização da produção constitui a essência do comunismo. Excluir os trabalhadores dessa organização, privá-los (a eles ou às suas organizações) da possibilidade de criar novas formas de produção na indústria através dos seus sindicatos, recusar essas expressões da organização de classe do proletariado, ao mesmo tempo em que se deposita toda a confiança na aptidão de especialistas formados para gerir a produção sobre um sistema diferente, é desviar o pensamento do marxismo científico (KOLLONTAI, 1980, p. 16).

É claro que a transição estava distante do comunismo e que diversas formas de organização poderiam ser combinadas no contexto vigente de depauperação das forças produtivas, como demonstrou a posterior e necessária admissão de uma economia





mista. No entanto, este era o ponto fulcral da plataforma política da Oposição Operária: o enfrentamento às propostas centralizadoras de Lenin e Trotski. Trazia princípio e expressava a posição coletiva de que a classe operária precisava ser a força social responsável por criar as novas formas que seriam capazes de solucionar o dilema da produção. Para isso, era preciso garantir o controle operário, não o controle *do* operário.

O documento da Oposição Operária era a expressão política do amplo setor da base sindical, que tinha sua atribuição no socialismo substituída pelo corpo estranho que resultava da fusão entre o Estado e o Partido. Foi um documento em defesa dos Sovietes que, por essência, seriam os instrumentos da ditadura do proletariado; o poder que deveria ser desenvolvido por um Estado cujo objetivo era criar as condições para seu progressivo desaparecimento.

O Soviete reunia politicamente os trabalhadores dessas bases, caracterizando-se como um espaço de disputa política e intervenção dos partidos. Como na tomada do poder, seria ele o responsável pela formação do comando geral que centralizaria nacionalmente a República Socialista, a partir das deliberações dos organismos regionais. Sua forma era mais atuante que diletante, como dizia Marx (2012), na crítica do programa de Gotha, deveriam ser as organizações operárias:

O Soviete dos deputados Operários e Soldados de Petrogrado, [...] pode fornecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Era formado por cerca de 1.200 Delegados e, em circunstâncias normais, tinha uma sessão plenária de duas em duas semanas. Ao mesmo tempo, ele nomeava um comitê executivo central de 110 membros eleitos numa base de representação proporcional dos partidos; esse comitê executivo central convidava, para participar nos seus trabalhos, membros do comitê central de todos os partidos, do comitê central de sindicatos profissionais, comissões das empresas e outras organizações democráticas. [...] a eleição dos Delegados é baseada na representação proporcional, o que quer dizer que os partidos políticos são representados proporcionalmente ao número dos votantes da cidade. De tal maneira que se vota no partido e no programa político, não na pessoa dos candidatos [...] e mais, os Delegados não são eleitos por um período determinado, mas suscetíveis de serem revogados a qualquer momento (REED, 1987, p. 14-16).





Reed (1987), que acompanhou o desenvolvimento das comissões de fábrica, nas quais Kollontai também atuava, aponta como a sua existência foi capaz de contornar problemas de origem burocrática, as sabotagens promovidas pela burguesia e cumprir um papel educativo no campo da gestão da produção. Em um dos vários exemplos, o jornalista conta a experiência de uma fábrica de torpedos que havia suspenso suas atividades sob a escusa de falta de peças. A fábrica foi ocupada pelos trabalhadores organizados em sua comissão. Esses retomaram e superaram as expectativas da produção.

Kollontai ia muito além das demandas econômicas no seu discurso. Defendia que não era possível construir a transição socialista se nela seguissem preservados elementos burgueses fundamentais, como a separação entre trabalho manual e intelectual e a supressão da participação do trabalhador na gestão da produção. Essas características, vigentes no modo de organização do trabalho subsumido à acumulação privada, reproduziriam na transição o processo de *alienação* tipicamente burguês. Era preciso formar uma intelectualidade operária para superar não só a alienação econômica, mas também a alienação da política.

Essas eram tarefas necessárias à formação de uma consciência comunista, compreendida como processo ininterrupto apenas possível por meio da práxis política da classe. Era *a classe* e não somente o *partido* com participação ativa na sua ditadura, não somente como executora do que por ela já tinha sido aprovado. Era preciso desenvolvê-la, politizá-la, pois sua capacidade de refluxo não era uma particularidade da vigência de um Estado burguês. Tal caminho seria inviável se tratado nos cursos teóricos, apartado de sua dimensão prático-política.

Durante esses anos de revolução, estivemos tão preocupados com as tarefas imediatas que deixamos de julgar as nossas ações de um ponto de vista teórico. Esquecemo-nos de que o proletariado pode cometer erros graves e cair nos pântanos do oportunismo, não só durante a fase de combate pela conquista do poder, mas também na fase da ditadura (KOLLONTAI, 1980, p. 56).

As funções fundamentais ficavam cada vez mais a cargo dos burocratas e, enquanto o Partido não queria perder tempo com as disputas políticas que não pôde negar no momento em que





a ascensão do projeto socialista dependia do *convencimento* da classe, o proletariado ia sendo politicamente desarmado. A revolucionária considerava que seus dirigentes, para além da estrutura econômica do país, tinham a missão de corroborar a constituição e solidificação da consciência comunista, como pressuposto da nova sociabilidade, introduzida, porém não assegurada pela derrubada do Estado burguês. Esse foi, no entanto, um pilar da construção do comunismo derrubado antes mesmo de ser construído.

Se os princípios sustentados pela revolucionária eram, em alguma medida, defendidos de maneira principista, o ponto medular de sua fala não poderia ser descartado: seria possível conceber uma formação societária antagônica à que ruía sem que a classe revolucionária fosse capaz de elaborar sobre como o seu trabalho seria construído?

A Oposição apontou um conjunto de medidas para reestabelecer a democracia operária, como a expulsão dos carreiristas do Partido, o fim das nomeações pelos órgãos cimeiros e da intervenção do CC nos sindicatos. Kollontai ratificava o papel cumprido pela participação da base no combate à burocracia e afirmava: “onde há crítica e análise, onde o pensamento se move e trabalha, há vida, progresso e caminho para o futuro. Nada é mais terrível e nocivo do que o pensamento esclerosado e rotineiro” (KOLLONTAI, 1980, p. 57).

No entanto, o resultado do embate aqui traçado foi a vitória da proposta defendida por Lenin: a gestão de um homem só, um homem do partido foi a escolha assumida pelos Bolcheviques. Na sequência do Congresso do Partido, a oposição no interior do Soviet foi proibida, assim como a formação de grupos e facções na organização Bolchevique. Também foi aprovada uma cláusula secreta proposta por Lenin que permitia a expulsão de ofensores, mesmo que membros da direção. A cláusula foi a mesma utilizada por Stálin para expulsar Trotski do partido em 1929 (DEUTSCHER, 2005).

Kollontai contrapunha burocracia à atividade autônoma das massas e estava correta – conforme os próximos capítulos dessa história, convertida em um dos principais suportes dos teóricos da pós-verdade, demonstrariam – em afirmar que “quem aceitar o princípio da participação ativa como base do novo sistema da





República Operária não pode preocupar-se com o lado bom ou mal da burocracia. [Ela] é uma peste que penetra até no coração do Partido e das instituições soviéticas” (KOLLONTAI, 1980, p. 47).

Seu debate foi alvo do menosprezo das direções, combatido como um desvio independentista, mesmo que o fio de sua crítica conduzisse para a constituição de uma proposta de ação combinada entre a organização Bolchevique e os demais organismos de base. Kollontai compreendia a importância do Partido como elemento constitutivo do Estado operário, mas que nunca prescindiu da atividade autônoma das massas.

É certo que, nos momentos de mais grave perigo, a disciplina do partido e da classe devam ser mais rigorosas; que devam ser maiores nos sacrifícios voluntários, o cumprimento estrito dos deveres etc. Mas entre as três manifestações de espírito de classe e a “subordinação cega”, recentemente desenvolvida pelo Partido, vai uma grande diferença (KOLLONTAI, 1980, p. 49).

Era a burocracia, não o Partido, o que Kollontai combatia. Entretanto, Lenin, apesar de amargurado, não pôde enfrentá-la, e Trotski chegou mesmo a considerar que o governo soviético padecia não de excesso de burocracia, mas de sua falta. As raízes burocráticas cresciam e, no seu movimento de autopreservação, o aparelho soviético, cada vez mais agigantado, admitia as críticas como ameaças a serem combatidas. Contra elas, os chefes erguiam suas armas, cerceavam a liberdade de pensamentos no Partido, engessavam os Sovietes, enquanto o verdadeiro tirano esperava ver erguido o castelo no qual ocuparia o trono.

A Contrarrevolução Estalinista e a Domesticação de Kollontai

Os avanços objetivos que tinham sido conquistados nos campos político e social da vida das mulheres com a tomada do poder iluminavam as prospecções que Kollontai construía sobre um terreno aparentemente concreto. Ela vislumbrava um futuro em que

os historiadores escreverão sobre o que fizeram as heroínas anônimas, mortas no *front*, executadas pelos brancos, que aguentaram a miséria extrema dos primeiros anos da Revolução e mesmo assim não largaram a bandeira vermelha do Poder dos Sovietes e do comunismo” (KOLLONTAI, 2017c, p. 218).





Kollontai, no entanto, estava enganada. De fato, os historiadores mundo afora, bem como seus companheiros Bolcheviques, quase não falariam delas – nem das que capitanearam a luta, como Armand, Krupskáia, Stássova e outras tantas, nem das anônimas que morreram pela baioneta dos exércitos brancos e verdes. As mulheres foram *suprimidas* da história contada pelos homens que revigoravam a velha moral norteadora de uma sociedade que deveria estar em vias de desaparecer, mas que foi reconstruída pelo stalinismo com todas as honras de “um sistema de valores patriarcal e que considerava certos acontecimentos, processos e movimentos como dignos de análise histórica” (GONZÁLEZ, 2010, p. 23).

A década de 1930 marcou o início de uma verdadeira reação e “o velho modo de pensar e de sentir insinuou-se no novo” (REICH, 1981, p.119). Contudo, seria truísmo afirmar que os retrocessos sociais e políticos que marcaram a cristalização do stalinismo ressuscitariam valores que, ultrapassados, jaziam em suas covas. Stalin não invocava os mortos; de fato, as revoluções anticapitalistas, operárias ou não, abriram processos de transição social contraditórios por sua própria natureza. O hibridismo é a característica determinante de uma sociabilidade que tem a tarefa de construir um mundo novo pelas mãos dos velhos seres.

As disputas de classe não cessaram, justamente porque, nessa fase, não foi possível chegar à supressão das classes, tampouco se poderia esperar a supressão da velha moral. As novas relações, o novo éthos e a nova consciência comunista dependiam de uma nova práxis, que estava ainda em trabalho de parto e buscava rasgar as barreiras que lhe obstava a realização da necessidade de pôr à luz as suas faces.

Se reconstruir uma sociedade marcada pela servidão e o extermínio de seu povo era um percurso de difícil travessia, é preciso reconhecer também que o gérmen das manifestações que se avizinhavam e seriam convertidas em dramática derrota já caminhava oculto – ou nem tanto – pelos labirintos da burocratização do Estado operário. Kollontai sabia que o movimento punha em risco o futuro da revolução, como de fato aconteceu; sua crítica ignorada foi a antessala de um processo irreversível na URSS que, como a própria Revolução, reverberou para além de suas fronteiras.





No curso da cristalização burocrática, Kollontai foi afastada de seu trabalho na Rússia. Tornou-se a primeira embaixadora no mundo e assumiu funções diplomáticas na Noruega. No entanto, a ocupação de um cargo inédito que, ao feminismo burguês poderia soar como grande conquista das mulheres, era um isolamento que interrompia a luta da revolucionária ao separá-la da base sobre a qual elaborava. A missão internacional foi o fim de sua capacidade de disputa política na transição e uma derrota tão profunda que, na dialética da história, incidiu sobre sua consciência, expressa nas mudanças de posicionamento da trajetória final de sua vida. Segundo Segrillo (2017), esse afastamento evitou que ela fosse, pelo menos fisicamente, alvo dos expurgos de Stalin.

Independentemente das críticas que foram constituídas ao pensamento de Kollontai e da derrota que ela sofrera dentro de sua organização, há um ponto particular da análise das relações de gênero no campo político da crítica ao capitalismo que exige atenção. Se Kollontai acabou por ceder ao stalinismo, porque eles tentaram anulá-la? Se o pensamento da revolucionária buscava apreender a totalidade complexa que compreendia a transição socialista, porque seu pensamento, quando difundido, é em absoluto fraturado?

A história é contada pelos vencedores – dito regularmente comprovado quando cotejamos as narrativas hegemônicas na historiografia com o substrato que valida a própria história como ciência. Nesse movimento, encontramos, sem dificuldade, as sucessivas tentativas de detração das figuras não palatáveis e as falsificações de episódios que, não por acaso, guardam entre si uma semelhança: tornaram-se ameaças potenciais ou foram capazes de negar a forma social burguesa.

A Revolução de 1917 é um exemplo contundente da forma como o revisionismo histórico, a despeito do significado concreto dos processos dos quais se apropria, conta, à forma do conservadorismo, sua própria versão domesticada ou satanizada dos acontecimentos. Não é à toa. A ruptura soviética criou o mais importante eixo de enfrentamento ao capital, apesar da tragédia que a sucederia. A Revolução impôs à ciência social liberal que seus esforços metodológicos fossem voltados a construções teóricas resumidas à propaganda anticomunista.





Mas a tortura que, sobre fatos e sujeitos da história, é constantemente operada não foi prática exclusiva dos apologistas burgueses. As distorções da teoria, a ocultação, a adulteração ou o apagamento definitivo de documentos, a amputação de dimensões essenciais que conformavam personagens históricos também foram práticas do movimento de reprodução de um novo poder, o qual buscava se estabelecer sobre a classe revolucionária que pusera sua vida a serviço da derrubada do capital.

Esse regime, que se elevou sobre as distintas frações da classe trabalhadora e dos setores proprietários que recuperaram suas forças ao longo da transição, voltava-se à sua própria reprodução, no campo da aparência. Essencialmente, abria, porém, um ciclo contrarrevolucionário burocrático, o qual levaria 50 anos para completar sua tarefa restauradora.

As mulheres foram as primeiras a amargar a ascensão deste novo poder. No campo político, a derrota fundamental foi a dissolução do Jenotdel. Em 1930 “descia” do *bureau* político, órgão esvaziado de mulheres em sua composição, a afirmação de que a questão histórica feminina havia sido resolvida (SENNÁ, 2017). Em seu lugar, foram criadas seções de mulheres dirigidas por homens, cujas capacidades de elaborar e deliberar haviam sido retiradas. A seção de mulheres era convertida num corpo decapitado e submetido ao CC, mas ainda assim acabou tendo celeradamente encerradas as suas atividades.

O distanciamento da real situação de emancipação conclusa manifestava-se na realidade concreta e nos retrocessos oriundos do fim da livre elaboração do programa de mulheres no partido. O *Pravda* passou a defender a família tradicional e a indicar a extensão do controle estatal sobre a vida social e as restrições que, em breve, seriam juridicamente reintroduzidas na vida da mulher. O jornal sugeria, por exemplo, que a “proibição de abortar o primeiro filho provavelmente acabaria com muito namorico e promiscuidade, fomentando o ‘matrimônio sério’” (REICH, 1981, p. 117).

O retorno à ilegalidade do aborto, em 1936, a reedição do autoritarismo escolar, a ideologia ascetista, o encerramento dos seus espaços organizativos, o controle sexual das mulheres eram parte de um projeto que acachapava um espaço duramente conquistado pela Revolução. Através dessas medidas, a





burocracia localizava as mulheres que, junto à sua classe, converteram-se em mulheres para si, em um circuito coadjuvante.

Contudo, o stalinismo não restaurou a submissão feminina por questões puramente morais. Ao silenciar as mulheres, ao roubar-lhes seu protagonismo e falsificar-lhes sua história, amputava de conjunto a metade da história, do protagonismo e da voz da classe revolucionária. Inclusive Kollontai, aquela que não poderia ser apagada, sofreria as mutilações necessárias para que fosse ela mesma adequada às novas demandas de uma transição que retirava o comunismo de seu horizonte.

Dois aspectos distintos fundem-se, então, na lógica em que a burocracia buscava enquadrar as mulheres ativistas, e que são visíveis hoje nas práticas dos herdeiros do stalinismo, assumidos ou não. O primeiro é a existência de um dado constrangimento para que a ação feminina seja delimitada ao debate dos problemas ideologicamente construídos como particulares às mulheres. Essa participação não apenas é viável, mas até interessante às organizações burocráticas atuantes no movimento dos trabalhadores, simplesmente porque não seria mais possível gerir seus aparatos sindicais e políticos sem incorporar às suas fileiras as diferentes mulheres que, na história de suas lutas, conquistaram, em quase todo o mundo, o direito à organização política.

Essas mulheres são, então, *autorizadas* pelas organizações burocráticas a falar do aborto, da violência obstétrica, do feminicídio; a produzir faixas e debates sobre assédio e demandas da maternidade. Os terrenos, compreendidos como *naturalmente* femininos, são *toleráveis* pela ação controladora dos aparatos políticos e sindicais que não têm a escolha de negá-las. No entanto, os destacamentos de mulheres quando não cumprem apenas o papel de neutralizar as reivindicações por representatividade, tendem a ser lateralizados. Outra tendência que segue demonstrada é a responsabilização das mulheres pelos aspectos ligados à reprodução social (FERGUSON, 2017), como o “cuidado” da limpeza, da alimentação, da recepção das fichas dos delegados nos congressos; como se a elas coubesse ajudar na luta dos homens.

Estigma, penalidades e isolamento são algumas das consequências que recaem sobre as mulheres que buscam a ocupação dos *espaços não autorizados*, que penetram para além



das fronteiras legitimadas pela burocracia e integram-se aos universos privilegiados da ação masculina, como a economia, o militarismo e, principalmente, a gestão das superestruturas, como nos demonstrou o próprio terreno político brasileiro, na deposição de Dilma Rousseff.

Kollontai sabia que as mulheres não eram convidadas à luta anticapitalista. Sabia, também, que a emancipação feminina é impossível sem a superação da sociedade burguesa, assim como impossível seria superá-la sem a emancipação das mulheres. A revolucionária exigiu seu direito à voz na seara dos homens e quis derrubar os privilégios de sua própria organização. Reuniu, assim, um conjunto de ameaças à corrente que, apesar das práticas apodrecidas, ganhava vida na transição soviética e que seguiu vitoriosa no movimento dos trabalhadores, mesmo após a queda do leste. Trancafiar Kollontai em eventos de púrpura decoração é central para as organizações que têm mais interesse em sua autorreprodução do que no fomento da luta, e, justamente por isso, delegam um papel decorativo às seções de mulheres e as suas dirigentes.

Entretanto, apesar dos esforços para que fosse jogado à poeira de poucas estantes, o questionamento de Kollontai ficou marcado. Ela seguirá como uma mulher essencial para a criação de um processo genuíno de emancipação, que faça transbordar os poderes criadores do futuro detidos pela classe em suas múltiplas singularidades, e não pelos “gênios individuais do passado” (KOLLONTAI, 1980, p.28).

Referências

- DEUTSCHER, I. Trotski. *O profeta armado. 1879-1921*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2017.
- FITZPATRICK, S. *A Revolução Russa*. São Paulo: Todavia, 2017.
- GOLDMAN, W. *Mulheres, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GONZÁLEZ, A. *As origens do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- IASI, M. A Revolução Russa e os próximos cem anos. *Revista Novos Temas*, v. 16-17, p. 13-45, 2017.
- KOLLONTAI, A. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017a. p. 150-159.
- KOLLONTAI, A. As combatentes no dia do grande Outubro. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017c. p. 217-221.
- KOLLONTAI, A. O dia das mulheres. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017b. p. 160-163.
- KOLLONTAI, A. *O Comunismo e a Família*. 1920. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000016.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- KOLLONTAI, A. *Oposição Operária 1920-1921*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- KOLLONTAI, A. O que Outubro deu à mulher ocidental. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017d. p. 214-216.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução e o Renegado Kautysk*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- LENIN, V. I. *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*. Obras escolhidas em três tomos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 13-19.
- MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: GUILLAUME, J. *A internacional*. Documentos e recordações. São Paulo: Imaginário, 2010. p. 62 -73.
- REED, J. *Como funcionam os Sovietes*. São Paulo: Convergência Socialista, 1987.
- REICH, W. *A Revolução sexual*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.

SEGRILLO, A. Karl Marx e a Revolução Russa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 479-496, maio/ago, 2017.

SENN, T. Questão feminina, resposta geral: O Jenotdel como metonímia na russa revolucionária (1917-1930). *In: A Revolução Russa 100 anos depois*. Lisboa: Parsifal, 2017. p. 177-198

SGUAZZABIA, L. A questão do Partido e o movimento revolucionário. *Pstu.org*, 2017. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/a-questao-do-partido-e-o-movimento-revolucionario>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

TROTSKI, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 1.

TROTSKI, L. *Minha vida*. São Paulo: Usina editorial, 2017.

Notas

1 A diferença de 13 dias em relação ao calendário Gregoriano é advinda do calendário Juliano admitido na Rússia até a Revolução. ↑

2 Inessa Armand foi uma dirigente Bolchevique, que morreu de cólera em 1920 e foi mais uma dirigente revolucionária apagada pela história dos homens que no Kremlin consolidaram o poder após a revolução. ↑

3 A Comunista. ↑

4 Para saber mais sobre esse capítulo dramático da transição, ver Goldman (2014). ↑

5 Esses dirigentes, assim como Lenin e Trotski, eram os mesmos que causticavam Kollontai nos debates pós-tomada do poder, acusando-a de economicismo. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha
foi diagramado em maio de 2022
pelo Setor de Publicações e Coleta de
Dados da Escola de Serviço Social da
UFRJ, para difusão online via Portal de
Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte
Montserrat (Medium 13/17,6pt) em
página de 1366x768pt (1:1,77).